

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 327/2024

PROCESSO N.º 19600/2024 – SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 1969/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 61/2024 – ARTIGO 74, INCISO III, “c”, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/21

CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

– SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E GOVERNANÇA –

Contrato Administrativo que fazem entre si como:

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE ERECHIM, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob n.º 87.613.477/0001-20, neste ato representado, ‘com amparo no Decreto Municipal n.º 5.111 de 05 de Janeiro de 2021, pela Secretária Municipal Administração, Senhora IZABEL CRISTINA ROCHA MARINHO RIBEIRO, e pelo Secretário Municipal de Gestão e Governança, Senhor EDGAR PAULO MARMENTINI, ambos residentes e domiciliados nesta cidade.

CONTRATADA – FUNDAÇÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 00.934.542/0001-31, com sede na R Bernardino de Campos, 1001, Ribeirão Preto/SP, CEP 14.085-000, neste ato representada conjuntamente por seu Diretor Presidente, Senhor AMAURY PATRICK GREUMAUD, inscrito no CPF sob n.º 076.412.838-88 e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Senhor MARCELO BOTELHO DA COSTA MORAES, inscrito no CPF sob nº 218.397.368-44.

O presente Contrato obedece as seguintes cláusulas e condições:

1 – OBJETO –

1.1. É objeto do presente contrato contratação de Consultoria Especializada para a Prestação de Serviços de Apoio e a Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Jurídica, para atualização e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico em relação aos Sistemas de Abastecimento de Água (SAS) e aos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), e para estruturação e modelagem adequada a consecução de Concessão, tendo como objeto a execução dos serviços públicos de expansão, operação, e manutenção do sistema de saneamento básico e equipamentos de saneamento, abrangendo produção, tratamento, reservação e distribuição da água potável, e coleta, transporte, tratamento e destinação final dos efluentes do Município de Erechim/RS, através da Secretaria Municipal de Gestão e Governança, com recursos Não Vinculados de Impostos.

1.2. Integra e completa o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigado as partes em todos os seus termos, a proposta da CONTRATADA, os anexos e os pareceres que formam o Processo nº 19600/2024.

1.3. DESCRIÇÃO DO OBJETO –

Item	Cod Prod	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	----------	------------	----------------	-------------

Especificações

1	82999	1,0000 UN	1.080.000,0000	1.080.000,00
---	-------	-----------	----------------	--------------

Serviços Técnicos Especializados - para prestação de serviços de apoio e elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-financeira e Jurídica, para atualização e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico em relação aos Sistemas de Abastecimento de Água (SAS) e aos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e para estruturação e modelagem adequada à consecução de Concessão tendo como objeto a execução dos serviços públicos de expansão, operação e manutenção do sistema de saneamento básico e equipamentos de saneamento, abrangendo produção, tratamento, reservação e distribuição da água potável e coleta, transporte, tratamento e destinação final dos efluentes do Município de Erechim/RS.

Conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar

o valor total é de R\$ 1.080.000,00, sendo o pagamento efetuado da seguinte forma:

30 dias: R\$ 90.000,00;



60 dias: R\$ 90.000,00;

90 dias: R\$ 140.000,00.

O restante do valor (R\$ 760.000,00) será pago diretamente pela futura concessionária, no momento da contratação.

Caso haja interrupção do projeto por decisão da Administração ou impedimento de cunho jurídico, o pagamento deverá ser integral e realizado pela CONTRATANTE no prazo de 30 dias após a interrupção.

1.4. O prazo para pagamento do valor indicado no item acima será de até 60 (sessenta) dias corridos após a emissão da ordem de início do serviço fruto da modelagem realizada nesse contrato, na hipótese de seu ressarcimento diretamente pela futura concessionária, devendo o edital do certame licitatório refletir tal prazo máximo para o pagamento, pela futura licitante vencedora, do valor de ressarcimento.

1.5. Serão elaborados e entregues os seguintes produtos e prestados os seguintes serviços:

1.5.1. Cadernos de Estudos, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência que compõem o Processo nº 19600/2024, apresentados em até 90 (noventa) dias da Ordem de Início:

- a) Proposta Preliminar e Revisão do PMSB;
- b) Modelagem Técnica de Engenharia;
- c) Modelagem Econômico-financeira;
- d) Modelagem Jurídica

1.5.2. Relatório Final Consolidado de cada item de projeto contendo os resultados dos estudos técnicos;

1.5.3. Além dos Estudos, a CONTRATADA deverá fornecer apoio ao Poder Público municipal para:

a) condução de audiências públicas relativas à revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e aos instrumentos jurídicos relativos à Concessão dos serviços, disponibilizando profissional(is) competente(s) da equipe que realizar os estudos para apresentação dos principais elementos à população;

b) resposta aos questionamentos e esclarecimentos para interessados em sede de consultas públicas relativas à revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e aos instrumentos jurídicos relativos à Concessão dos serviços;

c) resposta aos questionamentos e esclarecimentos eventualmente requeridos pelo Tribunal de Contas do Estado;

d) subsídios para defesa do procedimento e do resultado dos estudos em eventuais ações judiciais relativas a seu objeto, à revisão do PMSM e à concessão posterior.

e) subsídios para respostas a impugnações aos instrumentos convocatórios após sua publicação, bem como para apreciação de recursos administrativos apresentados pelos licitantes;

f) auxílio na elaboração e na condução dos procedimentos necessários até a contratação do futuro concessionário para a prestação dos serviços.

2 – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO -

2.1. Os serviços serão executados num prazo máximo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de recebimento da ordem de serviço, expedida pelo gestor do contrato.

2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, mediante apresentação de justificativa e cronograma físico-financeiro atualizado ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3 – DO PREÇO E DO PAGAMENTO –

3.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$ 1.080.000,00 (um milhão, oitenta mil reais)**, conforme descrito no **item 1.2.** do presente contrato, em moeda corrente nacional.

3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, leis sociais, demais serviços e eventuais que possam acarretar ônus ao Município, especificadas ou não neste contrato.

3.3. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos materiais/produtos, mediante apresentação da nota fiscal, desde que assinado o presente Contrato.

3.4. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.5. Haverá retenção previdenciária nos termos, com repasse dos percentuais ao INSS, assim como, será retido o Imposto de Renda na Fonte, conforme legislação vigente.

3.5.1. A retenção NÃO será efetuada para as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, que nesta modalidade de tributação não sofrem a incidência na fonte do Imposto de Renda, bem como das empresas imunes ao pagamento de impostos.

3.5.2. Se a CONTRATADA for optante do SIMPLES NACIONAL, deverá informar através de Declaração firmada por

Contador ou Técnico Contábil, ou ainda, na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhida.

3.6. Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento prevista no item 3.3, por inadimplência comprovada do CONTRATANTE, desde que tenham sido executados os serviços e a CONTRATADA não tenha dado causa ao atraso, o valor a ser pago será atualizado financeiramente tendo como base o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, computados os dias de atraso desde a data prevista para o pagamento até a data da efetivação do pagamento, calculados “*pro rata tempore-die*”, de acordo com a seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100)Nd/30 - 1] \times Vp$, sendo:

AF= Atualização financeira;

IPCA= Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE);

Nd= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data da efetivação do pagamento;

Vp= Valor da parcela a ser paga.

3.7. Sempre que decorrer o prazo de 12 meses do orçamento estimado, o valor dos serviços a serem executados será reajustado pelo índice IPC-FIPE, ou outro que vier a substituí-lo, atualizando-se a planilha orçamentária item a item. O reajuste dos valores afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

3.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.9. Durante todo o transcorrer do contrato e como condição para efetivação dos pagamentos, a Contratada deverá manter regularizados e dentro dos seus períodos de validade, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14);

b) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de Erechim;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio da empresa;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE –

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e com o Processo nº 19600/2024;

4.2. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

4.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços;

4.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

4.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA –

5.1. A CONTRATADA fica obrigada a entregar o objeto conforme as especificações contidas no Processo Administrativo n.º 19600/2024; e em consonância com a proposta de preços.

5.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.3. A CONTRATADA fica obrigada a providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.

5.4. A CONTRATADA fica obrigada a arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

5.5. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

5.6. A CONTRATADA fica obrigada a arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por sua conta exclusiva.

5.7. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

5.8. É vedado à CONTRATADA a subcontratação total ou parcial do contrato.

5.9. A CONTRATADA obriga-se a atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato, da autoridade designada, ou da autoridade superior nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021.

5.10. A CONTRATADA obriga-se a não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou Gestor do contrato, em total observância aos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. A CONTRATADA obriga-se a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6 – EMPENHO DA DESPESA –

6.1. As despesas resultantes da execução deste contrato serão atendidas através da seguinte Dotação Orçamentária:

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO = 14.04

PROJETO/ATIVIDADE = 2113

ELEMENTO DESPESA = 3.3.90.39.05.00.00

7 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS –

7.1. A aplicação de penalidades às licitante e às contratadas reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV, Capítulo I – Das Infrações Administrativas, da Lei nº 14.133/21.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave art. 156, §2º, da Lei Federal 14.133/21;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a três anos;

b) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de três anos;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de três anos;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de três anos;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de três anos;

7.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, àquele que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

7.2.3.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do Art. 155 da Lei Federal 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.2.3.2. A aplicação da sanção prevista no **item 7.2.3** será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

7.2.4. Multa, que será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, observando-se os seguintes parâmetros:

a) No caso de inexecução parcial do contrato, nos termos dos incisos I a II do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

b) No caso de inexecução total do contrato, conforme prevista no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

c) Para infrações descritas nos incisos IV a VII, do art. 155, da Lei nº 14.133/21 a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

d) Para as infrações descritas nos incisos VIII a XI, do art. 155, da Lei nº 14.133/21 acima, de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

e) Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

f) O atraso na execução/entrega do objeto contratado superior a **30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por** descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 20% (vinte por cento). A multa de mora não impede as demais sanções previstas nos termos do art. 162, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

7.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

7.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do CONTRATANTE, pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobrados



judicialmente.

7.5.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

7.6. A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impedem que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas neste contrato.

7.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

8 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO -

8.1. O objeto, se estiver de acordo com o solicitado e a proposta, será recebido:

a) PROVISORIAMENTE, no ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado.

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados após o recebimento provisório.

8.2. A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

8.3. O produto recusado será considerado como não entregue.

8.4. Os custos de retirada e devolução dos produtos recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

8.5. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para retirada dos produtos recusados, após notificação da gestão do contrato.

9 – DO GESTOR DO CONTRATO –

9.1. Serão gestores do presente contrato, o Senhor **JONATHAN MEDEIROS** e o Senhor **MAICON GIRARDI PASQUALON**, nos termos do Regimento Interno, Ordem de Serviço n.º 004/2023 e Art. 10 e 11 do Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, de acordo com as legislações vigentes.

10 – DA PROTEÇÃO DE DADOS –

10.1. As partes se obrigam de com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei nº 13.709/2018, em relação a quaisquer dados pessoais que possam ser coletados, processados ou compartilhados no âmbito desse contrato.

11 – DA COBRANÇA JUDICIAL –

11.1. As importâncias devidas pela CONTRATADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

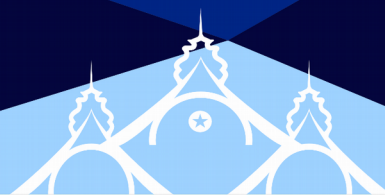
12 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL –

12.1. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos do Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito à obediência dos princípios que norteiam a Administração Municipal.

12.2. A Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações regerá as hipóteses não previstas neste contrato.

13 – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO –

13.1. O presente contrato poderá ser extinto, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 137,



nos termos dos arts. 138 a 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações.

14 – DA ASSINATURA –

14.1. As partes optam em comum acordo pela assinatura eletrônica do presente instrumento pelo Portal de Assinaturas da Prefeitura Municipal de Erechim a qual reputam como válida para todos os fins.

15 – DO FORO –

15.1. As partes elegem de comum acordo, o Foro da Comarca de Erechim para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem, assim, justos e contratados, firmam eletronicamente o presente instrumento as partes abaixo relacionadas junto a duas testemunhas.

ERECHIM/RS, 12 DE AGOSTO DE 2024.

IZABEL CRISTINA ROCHA MARINHO RIBEIRO
Secretária Municipal de Administração

**FUNDAÇÃO PARA PESQUISA E
DESEN.ADM.CONTABILIDADE E ECONOMIA**
CNPJ nº 00.934.542/0001-31 – Contratada

EDGAR PAULO MARMENTINI
Secretário Municipal de Gestão e Governança

MAICON GIRARDI PASQUALON
Gestor Contratual

JONATHAN MEDEIROS
Gestor Contratual

TESTEMUNHAS: _____